

de passagem entre a identificação das necessidades, expressas em unidades físicas, os gastos públicos e o rendimento disponível das famílias, segundo estratos de rendimento (veja-se W. van Rijckeghem, L. Barreiros e J. Maton). Em capítulo seguinte, são apreciados os efeitos sobre o emprego de uma estratégia de desenvolvimento que dá prioridade à satisfação de necessidades básicas, por meio de aproximações sucessivas, considerando, em primeiro lugar, a procura final como exógena e convertendo os objectivos de satisfação de necessidades básicas em vectores alternativos de procura final, daí deduzindo as devidas implicações no que se refere à oferta (produção interna e importações) e ao emprego. Em passos seguintes, são considerados como variáveis endógenas o consumo final e o rendimento, aquele dependente deste. No último passo, o investimento é tornado endógeno, através da introdução de relações capital/produto. É com base neste modelo que J. Maton, no capítulo ix, pode enumerar um conjunto de recomendações à política económica, nomeadamente no que se refere à política de rendimentos, taxas de juro, investimentos e subsídios, financiamento do défice e controle de preços.

A terceira parte reúne uma série de contribuições sobre diferentes sectores de actividade (D. Battelman sobre a agricultura e F. Rogiers sobre a indústria), regiões (J. Mayer) e grupos específicos de população (R. Cuvillier), cuja análise e perspectiva de desenvolvimento têm como denominador comum a óptica da satisfação de necessidades básicas.

Cabe ainda chamar a atenção para três apêndices que completam esta obra: o primeiro é um balanço da evolução económico-social portuguesa de 1950-1975; o segundo é uma nota técnica sobre o modelo económico utilizado nos cálculos macroeconómicos referidos no texto; o terceiro é um breve ensaio acerca das perspectivas de desenvolvimento das indústrias portuguesas no quadro da futura adesão à CEE.

Decorrido mais de um ano sobre a publicação da obra em epígrafe e mais de três em relação à data em que foi elaborada, importa deixar uma justificação para o aparecimento agora desta recensão. A razão é simples: a temática abordada continua a merecer todo o interesse. No plano metodológico, pois se trata de um dos raros contributos de aprofundamento teórico e de formalização econométrica de uma estratégia de satisfação de necessidades básicas⁽²⁾; enquanto estudo empírico sobre a realidade sócioeconómica portuguesa, porquanto é, sem dúvida, até hoje, aquele que vai mais longe

no tratamento dos indicadores sociais; por último, porque, do ponto de vista político — e não obstante o poder político dominante apontar em direcção diferente —, permanece pertinente o desafio de uma maneira de olhar o desenvolvimento a prazo deste País por óptica diversa da do mero crescimento do produto nacional.

Manuela Silva

BEN FINE — Economic Theory and Ideology, Edward Arnold, London, 1980, 155 p.

A ciência, no seu contínuo progredir, tem encontrado numerosos obstáculos que a vontade e o engenho do homem vêm permitindo ultrapassar.

Uns radicam na insuficiência dos conhecimentos humanos, outros nas formas que os fenómenos assumem e que muitas vezes escondem completamente a sua essência, outros ainda, e bem mais difíceis de ultrapassar, na acção de outros homens e grupos de interesses que, por verem afectada a sua posição na sociedade, persistem em afirmar que é o Sol que anda à volta da Terra.

E, se isto tem sido verdade no campo das ciências exactas e da natureza, mais o tem sido no que diz respeito às disciplinas que estudam os diferentes aspectos da vida social, em particular a economia.

Quando na segunda metade do século xix, Marx, em continuação de estudos anteriores, afirmou a transitoriedade do MPC e formulou as leis do seu funcionamento, de imediato viu opor-se-lhe uma muralha de silêncio e condenação.

Velhas teorias foram ressuscitadas, outras se criaram, algumas se desenvolveram, mas a preocupação dominante era reafirmar a racionalidade e eternidade do sistema capitalista, contrariando o que Marx dissera.

Muitas das previsões deste autor vieram confirmar-se na realidade, mas nem facto veio alterar significativamente a situação no campo da teoria económica durante um período de tempo bastante longo.

Na economia, talvez mais do que noutros campos do conhecimento, os pressupostos políticos e ideológicos marcam profundamente tudo quanto se faz e as afirmações de Marx feriam os interesses das classes dominantes. Daí o natural combate de que foram alvo essas afirmações.

Só assim se compreende que no chamado «mundo ocidental» se tivesse olhado durante muito tempo para Marx como se este fosse um economista menor, a cuja teoria não se reconhecia a dignidade suficiente para penetrar as portas do templo universitário.

(2) Cite-se, a este propósito, J. Maton, *Employment, Technical Progress, Income Distribution and Basic Needs*, Gant, 1977; S. Cole e H. Lucas (ed.), *Models, Planning and Basic Needs*, Pergamon Press, Oxford, 1979.

Nos finais dos anos cinquenta, na 4.^a edição do seu famoso *Economics* (1), o Prof. Samuelson referia-se a Marx nos seguintes termos:

A seguir, a nossa exposição apresenta uma ovelha negra, que estava atrás da verdadeira tradição clássica. Karl Marx, exilado da Alemanha, continuou trabalhando no Museu Britânico. Fazia votos para que a burguesia viesse a pagar pelo sofrimento que seus furúnculos lhe causaram, enquanto ele estivera sentado, elaborando suas teorias da inevitável ruína do capitalismo.

Contudo, alguns anos mais tarde, na 9.^a edição da mesma obra (2), o Prof. Samuelson mudava significativamente de posição:

É escandaloso que, até muito recentemente, mesmo aos indivíduos que se especializaram em economia, não se ensinasse nada de Karl Marx, excepto que ele era um indivíduo sem solidez intelectual. Isto não resultava de intimidação por parte de interesses plutocráticos, antes reflectia o facto de professores independentes e exaltados pertencentes à última geração, tais como John Maynard Keynes, pensarem que Marx era estéril e maçador. Nesta edição tentei apresentar Karl Marx nem como Deus nem como o Diabo — antes um sábio profano que metade da população mundial considera importante.

Procurando traduzir este seu despertar para a teoria económica marxista, o Prof. Samuelson introduz um apêndice dedicado aos «Rudimentos de economia marxista» e multiplica as referências à antiga «ovelha negra» nesta 9.^a edição.

Que teria levado este professor, conselheiro económico de presidentes do país onde qualquer crítica à iniciativa privada é quase um sacrilégio, a mudar tão significativamente de posição?

Com certeza que não se trata de uma adesão às teses marxistas. Antes reflecte a ideia que a realidade, consubstanciada na persistência de crises, no agravamento das dificuldades económicas e na multiplicação dos conflitos sociais, veio dar às teses de Marx.

Mas não foi apenas o Prof. Samuelson a ser despertado. Um pouco por todo o lado, os meios académicos têm vindo a ultrapassar a aversão a Marx e a dedicar uma atenção crescente ao estudo e divulgação da sua obra.

Esta viragem nos meios académicos é tanto mais importante na medida em que a teoria

económica tradicional, reflectindo a extensão e profundidade da crise económica actual, se encontra, ela própria, em crise. A atribuição, não há muito tempo, de um Nobel da economia a um teórico cujas teses pareciam ter sido enterradas há quarenta anos é disso um flagrante exemplo (3).

Mas onde residem verdadeiramente a força da teoria económica marxista e as limitações das «teorias económicas burguesas»? É o que Fine procura mostrar neste seu livro *Teoria Económica e Ideologia*.

A citação de Rubin (4), que encontramos logo no início do livro, indica-nos claramente qual a perspectiva que o autor desenvolverá.

De acordo com esta perspectiva, a razão fundamental da incapacidade das «teorias económicas burguesas» para compreender e explicar o funcionamento contraditório do MPC residirá no facto de, no seu quadro analítico, estas teorias não considerarem a existência de relações sociais ou, quando as consideram, não compreenderem o seu significado.

Segundo Fine, a exclusão das relações sociais leva os economistas a não verem a transitoriedade do sistema capitalista e a privilegiarem o estudo das relações técnicas de produção ou o comportamento de agregados macroeconómicos de natureza extremamente contraditória, tais como consumo, investimento, poupança, procura, oferta, etc.

É assim que, nesta óptica, os problemas económicos não são encarados como o resultado de relações sociais antagónicas, mas antes como resultado do funcionamento deficiente dos mecanismos económicos, passível de correcção.

Fine salienta, contudo, que, tal como a crise dos anos trinta veio deitar por terra as concepções até então dominantes de que o sistema económico tenderia naturalmente para o equilíbrio, a persistência das crises, a coexistência de equipamento em excesso com desemprego involuntário, o agravamento dos problemas económicos em geral vêm colocar de novo a dúvida sobre os limites e a eficácia da intervenção do Estado na regulação da actividade económica. Aqui reside um dos factores principais da crise profunda que a teoria económica tradicional atravessa, bem como do interesse crescente pela obra de Marx.

Mas esta exclusão das relações sociais da análise não resulta apenas do facto de a realidade ser mistificatória e dar aos fenómenos formas que dificultam a apreensão da sua essência. Ela assenta também em bases

(3) Referimo-nos ao Prof. Friedrich von Hayek, Prémio Nobel em 1974 juntamente com Gunnar Myrdal.

(4) «Economists are often struck with naive astonishment when what they have just thought to have defined with great difficulty as a thing suddenly appears as a social relation and then reappears to tease them again as a thing, before they have barely managed to define it as a social relation».

(1) Paul A. Samuelson, *Introdução à Análise Económica*, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1961, p. 24.

(2) Idem, *Economia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 3.

ideológicas profundas que reflectem interesses de classe específicos.

No primeiro capítulo deste seu livro, Fine começa precisamente por discutir, de que maneira a ideologia e a teoria económica se condicionam mutuamente. As relações de produção determinam a ideologia, a teoria económica é o produto de relações ideológicas, mas é simultaneamente um factor importante na formação de ideologias.

Fine contrapõe a «teoria económica burguesa», que toma as aparências como um dado, limitando-se a estudar as relações entre elas, à teoria económica marxista, que se esforça por descobrir quais são as relações específicas do capitalismo que fazem dessas aparências as suas peculiaridades. A crítica aos pressupostos ideológicos da teoria económica aparece assim como vector fundamental do estudo desenvolvido ao longo do livro.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo do ciclo do capital industrial e das leis que regem a reprodução do capital social.

Fine critica as posições que vêem a economia como agregação dos comportamentos atomizados dos indivíduos, combinados e coordenados por intermédio do mercado.

De acordo com estas concepções, o problema económico fundamental estaria na procura das relações entre agregados macroeconómicos que tornam possível o equilíbrio. A natureza profundamente contraditória do movimento do capital social que se reflecte na forma cíclica que assume a reprodução ficaria assim completamente escaoteada.

No terceiro capítulo Fine apresenta de modo mais detalhado a teoria keynesiana e discute as suas diferenças em relação à teoria clássica. A mistura que Keynes faz entre as teorias clássica e neoclássica por referência à lei de Say é criticada pelo autor, explicitando as suas diferenças, designadamente no que diz respeito ao problema da oferta e procura de emprego (lei de Malthus para os clássicos, nível de salários para os neoclássicos).

Na sua crítica, Fine diz não pretender produzir uma teoria alternativa dos agregados macroeconómicos com a qual se pudesse combater as teorias keynesianas da procura agregada, do produto e do emprego com ela relacionadas. Antes procura demonstrar que, se por um lado a construção de agregados macroeconómicos na tradição keynesiana e a sua integração num modelo macroeconómico são um exercício fútil para a compreensão do movimento da economia capitalista (uma vez que estes agregados macroeconómicos são o produto de forças e relações que estão excluídas do modelo), por outro, a macroeconomia de tradição keynesiana (e no extremo o monetarismo) fornece um enquadramento teórico no qual a política pode ser elaborada para mediar os conflitos

dentro da classe capitalista, bem como os conflitos com a classe trabalhadora. Desta maneira, a centralização e acumulação de capital e o ciclo de produção que as acompanha não podem ser compreendidas dentro do enquadramento teórico keynesiano, mas esta teoria fornece a ideologia prática através da qual o capitalismo pode ser reproduzido.

No quarto capítulo Fine detém a sua atenção na análise da crise económica mundial e da inflação.

Estuda as transformações operadas no MPC, designadamente a substituição da livre concorrência pelo monopólio, a intervenção crescente do Estado e a tendência para a internacionalização do capital. Em termos gerais, é uma análise que se enquadra dentro da tese leninista do imperialismo.

Depois de caracterizar o modelo de acumulação do pós-guerra pela intervenção do Estado e pela internacionalização do capital, Fine apresenta a tese de que a recessão actual deve ser compreendida a partir da crescente incompatibilidade entre estas duas características.

Centrando as suas atenções sobre o fenómeno que tem marcado profundamente a economia capitalista nos últimos anos — a inflação —, Fine apresenta e critica as diferentes explicações que dele têm dado as teorias burguesas, reduzindo-as todas ao mesmo paradigma keynesiano que explica a inflação como o resultado de uma produção não acompanhar o aumento da procura agregada.

Uma explicação alternativa terá de passar por uma crítica aos conceitos de dinheiro e crédito utilizados por estas teorias. Este último não pode ser visto como um conceito indiferenciado, actuando apenas como factor de aumento da procura agregada.

Segundo Fine, importa distinguir duas formas de crédito: uma está ligada à separação temporal entre o momento de uma transacção e do seu pagamento (este pode ser anterior ou posterior à transacção e depende do acordo entre os transaccionadores); outra está ligada ao desenvolvimento de uma forma específica de capital — o capital empréstimo.

Neste contexto, o crédito transforma-se numa forma de capital que vê a sua importância aumentar na mesma medida em que se desenvolvem a centralização e a acumulação capitalistas.

A explicação da inflação deverá então ser procurada na sobreexpansão do crédito como capital em relação ao progresso da produtividade do capital utilizado na produção. O Estado, por sua vez, ao expandir o crédito, sobretudo na forma de aumento da oferta de moeda, provoca a depreciação da moeda, contribuindo assim para a inflação.

Da análise das posições do autor uma dúvida transparece: será que ele próprio não cairá também no paradigma keynesiano?

O quinto capítulo é dedicado à controvérsia sobre a teoria neoclássica de capital.

Fine começa por descrever o modelo unisectorial associado à teoria do crescimento neoclássica, para depois apresentar e discutir a crítica de Cambridge.

A discussão sobre o significado da teoria do valor no contexto da teoria económica marxista é abordada no capítulo seguinte.

Como é habitual quando se trata deste tema, surge o problema da transformação de valores em preços de produção.

Fine afirma que existe um erro no esquema de transformação apresentado por Marx, mas que não põe em causa a validade da teoria do valor, já que se trata de uma mera questão matemática facilmente resolúvel (solução de Bortkiewicz).

Ainda a propósito deste problema critica dois tipos de posições:

Uma, que, na linha de Sraffa, diz não ser necessária a teoria do valor para explicar a formação dos preços, ou até mesmo para explicar a relação antagónica capital/trabalho;

Outra, que vê na teoria do valor uma mera explicação do preço a partir da agregação de quantidades de trabalho.

Para Fine, a teoria do valor e, em particular, o conceito de valor são essenciais para captar a multiplicidade de relações que ligam os diferentes trabalhos dos homens e determinam a divisão social do trabalho, a produção e a troca numa sociedade produtora de mercadorias.

O preço será o meio através do qual os valores se formam. É na troca que os diferentes trabalhos concretos adquirem o carácter de trabalho abstracto, carácter esse que é dado precisamente pela forma preço.

A teoria do valor será assim uma teoria da forma do valor. Neste contexto, o problema da transformação não se reduzirá ao estabelecimento de uma relação quantitativa entre valores e preços; antes deverá mostrar como se estabelece a unidade entre a multiplicidade de tipos específicos de trabalho, na produção, na distribuição e na troca, por intermédio das relações económicas que são os preços.

Uma contradição parece, contudo, existir entre a correcção do erro de Marx, nos termos propostos pelo autor, e a aceitação da teoria do valor.

Fine, à semelhança de Bortkiewicz, propõe a correcção do erro mediante a construção de um esquema que transforme simultaneamente os *inputs* e os *outputs* em preços de produção. Esta solução não elimina, contudo, o erro, pois os *inputs* foram produzidos a partir de outros *inputs* e estes, por sua vez, de outros, de modo que, para eliminar qualquer possibilidade de erro, haveria que

transformá-los a todos em preços de produção.

Continuando, contudo, por esta via, vai-se cair inevitavelmente no esquema sraffiano de formação de preços, que o autor tanto critica por tornar desnecessária a teoria do valor.

Na nossa opinião, para ser coerente com as suas observações sobre a teoria do valor, Fine teria de rejeitar em absoluto a análise que faz do esquema de transformação.

Ao construir tal esquema, Marx não tem em mente construir um modelo de formação de preços, ou tão-só determinar de maneira exacta a relação quantitativa existente entre valor e preço de produção, mas, sim, explicar o mecanismo objectivo que, através da concorrência entre os diferentes capitais, leva à formação de uma taxa homogénea de lucro. Basta ler-se o título do capítulo de *O Capital* em que tal assunto é abordado para se ver que era essa a sua intenção.

A formação de preços é estudada no capítulo designado por «Nivelamento, pela concorrência, da taxa geral de lucro. Preços e valores de mercado. Superlucro» (5). Aí, Marx mostra de que maneira a teoria do valor é compatível com a existência de uma taxa de lucro média e com a formação dos preços de mercado através do jogo da oferta e da procura.

Não queremos com isto dizer que a forma como Marx estuda este problema em *O Capital* é clara e isenta de ambiguidades. Ele foi o primeiro a alertar para a possibilidade de erro ligada ao seu esquema de transformação, sem, contudo, o considerar relevante para os fins em questão.

Parece-nos, contudo, que, embora sem ser essa a sua intenção, Fine cai no empoamento do problema, desligando-o do seu objectivo fundamental, que, a nosso ver, se prende com a análise da formação e variação da taxa de lucro médio.

A justificação desta afirmação levar-nos-ia, contudo, bastante longe e não cabe no âmbito deste trabalho. Tentaremos voltar ao assunto em trabalho de outra natureza.

Fine termina este seu livro com um capítulo onde aborda a história da teoria económica.

Das origens à revolução keynesiana, passando pelo marginalismo, o autor procura mostrar como a formação é desenvolvimento da teoria económica é profundamente marcada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo.

Globalmente considerado, este livro de Ben Fine apresenta-se como uma crítica da teoria económica, sendo a perspectiva marxista aquela em que o autor se pretende situar.

(5) Karl Marx, *O Capital*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 196.

Não é um livro acessível ao grande público, pois requer conhecimentos desenvolvidos de teoria económica. Isto não obsta a que, em certos momentos, se sinta uma certa superficialidade no tratamento das questões pelo autor, quer no modo como analisa e critica as diferentes concepções teóricas, quer no modo como justifica as alternativas que propõe. O capítulo em que aborda a crise económica mundial e a inflação parece-nos ser disso um exemplo.

É, contudo, um livro interessante, que avança dados importantes para o debate teórico que se desenvolve nos nossos dias e que é capaz de motivar o leitor para o estudo da economia política marxista — objectivo que o autor se propusera atingir.

António Mendonça.

F. L. C. HELMERS — Project Planning and Income Distribution. «Studies in Development and Planning», vol. 9, Boston, The Hague and London: Martinus Nijhoff Publishing, 1979, 295 p.

Trata-se dum livro conciso de grande clareza, em que o autor, para além de proceder a uma apreciação crítica dos principais aspectos da literatura, se propõe tratar de forma mais aprofundada os problemas da distribuição dos rendimentos associados ao projecto.

Com a publicação dos manuais da OCDE⁽¹⁾ e da ONUDI⁽²⁾, deu-se um novo impulso no debate sobre o mérito relativo de várias técnicas de avaliação de projectos, conduzindo a um refinamento da medida dos efeitos do projecto sobre uma pluralidade de objectivos (exemplo: balança de pagamentos, emprego, crescimento, etc.).

A ênfase que foi posta na busca de uma correcta medida dos custos e benefícios do projecto levou, contudo, a que se subestimasse a questão da formulação dos projectos, garantindo à partida uma relativa coerência com os grandes objectivos económicos-sociais dos países em que se implementam.

Os autores mais ligados à prática da avaliação, pouco a pouco, colocam a questão da eficácia da aplicação de metodologias sofisticadas a variantes não optimizadas. Squire e Van der Tak, em 1975, reconhecem que «a consideração de alternativas constitui o contributo mais importante de uma correcta avaliação de projectos ao longo do ciclo do projecto [...], muitas das escolhas importantes são feitas nos estádios iniciais quando

se tomam decisões sobre alternativas a rejeitar ou a reter para estudo posterior mais desenvolvido»⁽³⁾. Se se pretende uma optimização no processo de afectação de recursos escassos, a análise económica «deveria ser usada desde as fases iniciais do processo de selecção de alternativas. O uso de preços sombra, reflectindo objectivos básicos da política económica e as restrições em matéria de recursos, apenas na fase final da avaliação, quando muitas das escolhas essenciais referentes a tipos e concepção de projectos estão feitas, tende a transformar-se em simples cosmética»⁽⁴⁾.

O problema está identificado, mas a incorporação desta perspectiva nas metodologias de avaliação carecia igualmente de maior aprofundamento.

Os projectos são esquemas de aplicação de recursos, com características específicas em termos de calendário, dimensão, localização, tecnologia e programação da produção. Um projecto para a produção de um milhão de toneladas de aço em 1980 é diverso de um projecto com idêntica capacidade em 1985. Ou seja, dadas certas restrições de índole técnica, económica e financeira, há momentos óptimos de lançamento dos projectos.

O livro de Helmers, um economista do Banco Mundial, presentemente responsável pelo ensino da análise económica nos cursos do Instituto de Desenvolvimento Económico, para além da ênfase que atribui ao tratamento do efeito distributivo do projecto, recoloca a avaliação como instrumento de arbitragem no processo de decisão ao longo do ciclo do projecto, desde a identificação à implementação, através de uma preocupação de optimização das decisões tomando como variáveis benefícios, custos, dimensão e momento de arranque do projecto, desafiando, deste modo, os pressupostos tradicionais de uma análise em condições óptimas de implementação.

A obra de Helmers comporta duas partes essenciais. A primeira trata da análise económica do projecto, ou seja, o contributo do projecto para a realização dos objectivos colectividade num contexto de distribuição óptima do rendimento.

Na segunda parte está condensada a análise social do projecto.

A um capítulo introdutório, em que se aborda a noção de projecto e as insuficiências do rendimento como medida de bem-estar e se faz uma apresentação das questões objecto de análise posterior, segue-se a discussão da valoração dos benefícios e custos associados ao projecto.

A valoração dos benefícios é aprofundada em torno do conceito de excedente do consumidor, defendendo o autor a generalização

(1) OECD, *Manual of Industrial Projects Analysis for Industrial Countries*, vol. II, *Social Cost-Benefit Analysis*, Paris, 1968.

(2) UNIDO, *Guidelines for Project Evaluation*, Nova Iorque, 1972.

(3) Lyn Squire and Herman G. van der Tak, *Economic Analysis of Projects*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1975, p. 18.